

DIÁRIO DO



GOVÊRNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18,000
Ditas por semestre 10,000
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1903, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar a publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Decreto de 18 de Janeiro, regulando o abono dos serviços extraordinários de estatística no Instituto Central de Higiene.
Portarias de 8 de Fevereiro:
Estabelecendo as normas a seguir com respeito às reclamações levantadas acerca das relações entre a direcção dos hospitais civis e a associação dos empregados dos mesmos hospitais.
Mandando proceder a uma sindicância sobre os factos de que é arguido um empregado do Hospital de S. José.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Relações de juizes e delegados ausentes com licença em Janeiro.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Habilitações para levantamento de créditos.
Nova publicação, rectificada, da portaria relativa à constituição da Junta dos Repartidores da contribuição industrial do concelho de Baião, inserta no Diário n.º 29.
Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.
Arrematações (Folha n.º 15, apenas ao Diário de hoje):
Lista n.º 31:951.—No dia 7 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças do Porto.—Fôro pertencentes ao Convento de S. Salvador de Vairão, imposto em propriedades situadas no concelho de Vila do Conde. Foros pertencentes ao Convento de S. Bento da Ave Maria do Porto, impostos em prédios situados na freguesia de Alvalheiros, concelho de Santo Tirso.
Lista n.º 31:952.—No dia 8 de Março, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de S. Tiago de Cacém, Alcochete, Mafra e Cascais.
Lista n.º 31:953.—No dia 10 de Março, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de S. Tiago de Cacém, Mourão, Arruda dos Vinhos e Loures.
Lista n.º 31:954.—No dia 10 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Foros pertencentes à Câmara Municipal de Reguengos, impostos em prédios situados na freguesia da Caridade.
Lista n.º 31:955.—No dia 10 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Foros pertencentes à Câmara Municipal de Reguengos, impostos em prédios situados na freguesia da Caridade.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Despachos pela Direcção Geral da Marinha, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Aviso de estar aberto concurso para lugares de escriturário de 2.ª classe de obras publicas.
Anúncio e programa de concurso para adjudicação do depósito de venda em Lisboa das cartas e mais publicações oficiais das oficinas anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos.
Nota dos modelos de fábrica caducados em Novembro de 1912.
Nota das patentes e adições a patentes tornadas extensivas ao ultramar em Janeiro.
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcobaça, em Outubro de 1912.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Decreto de 8 de Fevereiro, estabelecendo várias providências com relação aos salários dos serviços entrados em S. Tomé e Príncipe antes de 29 de Janeiro de 1903, e que ali permaneçam, por efeito de recontrato ulterior, com salários inferiores aos mínimos fixados na lei para serviços mais modernos.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, anúncio de concurso para compra de cambiais; editos para levantamento dum depósito.
Corpo de policia civil da Vila Rial, anúncio para provimento dum lugar de guarda.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, plano para a 38.ª extração da lotaria de 1912-1913.
Casa da Moeda, anúncio para arrematação de cobre destinado à liga de moeda de prata.
Alfândega de Lisboa, editos acerca do extravio do pertence duma caixa com doces.
Exploração do porto de Lisboa, anúncio para adjudicação da construção dum posto para verificação de bagagens no terreno da Alfândega.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 42 — Cotação dos fundos públicos nas Bórsas de Lisboa e Porto, em 6 de Fevereiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primária

3.ª Repartição

Por despacho de 7 do corrente mês:

Licenças concedidas aos seguintes professores primários por motivo de doença, conforme o parecer da junta médica:

Piedade de Jesus, da Silva Rebelo, da escola mixta de Atalaia, concelho de Aldeia Galega, círculo escolar de Setúbal—noventa dias.

Maria Adelaide da Silva Guerreiro, da escola mixta de Gilvrasino, concelho de Loulé, círculo escolar de Faro—sessenta dias, devendo ser presente a nova junta médica findo o prazo da licença.

Maria Francisca Monteiro de Figueiredo, da escola para o sexo feminino da sede do concelho de Aldeia Galega—trinta dias.

Por despacho de 28 de Janeiro findo, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 6 do corrente mês:

Maria de Assunção Coelho, diplomada pela escola de Lisboa, com a classificação de 14 valores, professora da escola para o sexo feminino de A da Delgada, freguesia da Roliça, concelho de Obidos—transferida precedendo concurso para a escola do lugar de Nadadoiro, freguesia da Serra do Bouro, concelho e círculo escolar das Caldas da Rainha.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 8 de Fevereiro de 1913.—Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebelo.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

2.ª Repartição

Atendendo ao que me representou o director do Instituto Central de Higiene, solicitando a verba de 600 escudos, consignada no capítulo 4.º, artigo 17.º, do desenvolvimento da despesa para o ano económico de 1912-1913, para o serviço de tarefas extraordinárias no mesmo Instituto;

Convindo regular as horas de trabalho, a duração do serviço e a forma do pagamento;

Conformando-me com a proposta do pessoal feita pelo director;

Tendo em vista o artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908 e sob proposta do Ministro do Interior:

Hei por bem decretar o seguinte:
Artigo 1.º Os serviços extraordinários de estatística por tarefas no Instituto Central de Higiene serão de seis horas por tarefa e cada uma destas pagas à razão de 60 centavos, durante cento e vinte dias.

Fica autorizado o director do Instituto Central de Higiene a admitir nesse serviço Guilherme Pereira Simões, segundo official da Direcção Geral de Saúde, Rafael Emídio Cróner, médico reformado de 1.ª classe da armada, Manuel Isidro Ferreira da Costa, sub-delegado de saúde, substituto, e João Franco Afonso.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 18 de Janeiro de 1913.—Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 1 de Fevereiro de 1913).

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

O Governo da República Portuguesa, tendo conhecimento das reclamações levantadas acerca das relações entre a Direcção dos hospitais civis e a associação dos empregados do mesmo hospital:

Manda determinar que aquela Direcção não deve tratar directamente com a referida associação, visto ser ela constituída por empregados sob a sua dependência, cujos deveres e garantias são definidos pelos regulamentos respectivos; ficando outrossim estabelecido que visto a mencionada associação se achar legalmente constituída, lhe cabe o direito de reclamar das resoluções da administração hospitalar para as autoridades que superintendem nestes serviços, isto é, para o Ministro do Interior, pela Direcção Geral de Assistência.

Paços do Governo da República, em 8 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, Rodrigo José Rodrigues.

Manda o Governo da República Portuguesa que seja nomeado o Dr. Henrique Jardim de Vilhena, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, para proceder a uma sindi-

cância sobre os factos de que é arguido o empregado do Hospital de S. José e Anexos, José Catarino, no processo disciplinar organizado pela administração dos mesmos hospitais, e outros que com o assunto tenham relação, devendo iniciar este trabalho no dia imediato ao da publicação desta portaria e escolher secretário da sua confiança.

Paços do Governo da República, em 8 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, Rodrigo José Rodrigues.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

1.ª Repartição

4.ª Secção

Despacho effectuado em portaria desta data

Terceiro official do quadro transitório desta Direcção Geral, Claudiano Inácio Bressane Leite—trinta dias de licença, com perda de vencimento e tempo de serviço, nos termos do n.º 5.º do artigo 31.º do regulamento da mesma Direcção Geral, em continuação da que, pelo regulamento disciplinar da armada, se achava gozando e concluiu no dia 7 do corrente mês. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e selo conforme os dois decretos de 16 de Junho de 1911).

Direcção Geral da Marinha, em 8 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, Manuel Lourenço Vasco de Carvalho, contra-almirante.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 7 do corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos da lei de 9 de Setembro de 1908:

Fevereiro 1

Bacharel Eduardo Augusto de Sousa Monteiro, juiz de 2.ª instância—nomeado para inspecionar as comarcas de 1.ª classe dos distritos de Faro e Beja.

Bacharel Joaquim Augusto Teixeira da Mota Guedes—exonerado, como requereu, do lugar de substituto do juiz de direito de Celorico de Basto.

Carolino Augusto Trige e Manuel Simões da Costa—nomeados substitutos dos juizes de direito, respectivamente, das comarcas de Alfândega da Fé e Tavira.

Fevereiro 7

Bacharel José de Meneses Tovar Faro e Noronha, juiz de direito em Pinhel—agregado à comissão de inquérito aos tribunais de 1.ª instância de Lisboa.

Exonerado o official de diligências do juízo de paz do distrito de S. João da Madeira, comarca de Oliveira de Azeméis.

Fevereiro 8

Álvaro Pereira Guedes—exonerado do lugar de contador do juízo de direito de Alfândega da Fé.

Bacharel Eduardo Tavares Pedrosa de Lima—aprovado para ajudante do conservador do registo predial da 3.ª conservatória de Lisboa.

Bacharel Luís de Andrade e Silva, notário interino em Vila Nova de Ourém—autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Carlos Augusto das Neves Cardoso—nomeado ajudante do notário de Coja, Benjamim Fernandes das Neves Tavares.

Bacharel Armando de Oliveira Bernardes—nomeado ajudante do notário de Soure, Elísio Fernandes Ruas.

Bacharel António Joaquim da Silva Gurgu—nomeado ajudante do notário de Estarreja, Rafael António José Correia.

Augusto Clemente de Sousa—nomeado ajudante do notário interino de Guimarães, Francisco Moreira Sampaio.

Agostinho de Medeiros Ferreira—nomeado ajudante do escrivão do juízo de direito da Ribeira Grande, Valeriano Augusto Pereira.

Licença

Bacharel José Pereira de Matos, juiz de direito em Celorico da Beira—autorizado a gozar quarenta dias de licença anterior.

Agostinho de Sousa Coutinho, juiz de direito da comarca de Avis—trinta dias.

Direcção Geral da Justiça, em 8 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, Germano Martins.